



## **DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA: REGISTRO E REPRESENTAÇÃO NO BRASIL, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII**

*Erani Stutz*  
(CEDOCH-DL /USP)

O objetivo deste *paper* é apresentar parte do resultado de pesquisa sobre a prática lingüística dos holandeses no Brasil, durante o período de ocupação das capitanias nordestinas efetivado através da *Companhia das Índias Ocidentais* (1630-1654). Para tanto, foram estudados diversos documentos produzidos por integrantes da administração holandesa no Brasil, ou a ela relacionados.<sup>1</sup> O registro da diversidade lingüística é o aspecto dessa produção destacado neste artigo.

Partimos do pressuposto de que todo registro, quer sobre as línguas, quer sobre a natureza, quer sobre a denominação dessa natureza, obedecia a dois princípios básicos por parte dos seus emissores: 1) reproduzia formas de representação já cristalizadas no meio do qual era proveniente, seja ele um cientista, um viajante, um administrador etc.; 2) buscava uma representação adequada para um fato ou dado até então desconhecido e que lhes foi saliente

---

<sup>1</sup> Os documentos estão citados no decorrer do trabalho e têm registrados seus dados completos nas Referências Bibliográficas no final do artigo.

de alguma maneira, ou por algum critério no momento da identificação e descrição. Por conseguinte, a prática lingüística holandesa no Brasil encaixa-se no processo descrito acima e obedece aos mesmos pressupostos. Deve-se ressaltar ainda que, se num primeiro momento, as semelhanças nos permitiram perceber um todo que caracteriza o período e o contexto de produção, favorecendo a construção de uma 'moldura' (conhecido genericamente como 'colonização holandesa no Brasil' ou 'produção holandesa no Brasil'), são as diferenças, entretanto, que nos permitiram o estabelecimento de relações, classificações, tipologias. A percepção da diferença permitiu ao europeu a construção de novos sistemas de referências, baseados em traços distintivos que lhes foram 'salientes' dentro de um contexto de identificação e classificação fundado em novos parâmetros: o conhecido favorecendo a construção da universalidade e seus diversos níveis (o que chamaríamos, em um sistema hierárquico de classificação, de **gêneros e espécies**), pressupondo muito mais a identificação das semelhanças; o novo, ou desconhecido – favorecendo a construção dos singulares e seus níveis (o que chamaríamos de **diferenças**, passando pela identificação do **próprio** e dos **acidentes comuns**), muito mais voltado para a descrição das diferenças.<sup>2</sup>

O contato com a diversidade põe em evidência – ou torna 'saliente' – toda uma gama de diferenças e semelhanças que podem ser descritas, catalogadas, classificadas e comparadas. Nesse caso, a exatidão dos registros passa a ser uma questão cada vez mais pertinente, sob pena de se perder as nuances que permitiriam a identificação de um determinado fenômeno ou a distinção de espécies. Mais do que polêmicas ou teorias da época, o homem dos séculos XVI e XVII tinha no estabelecimento da prática o ponto de convergência e divergência que propiciava uma verdadeira dinâmica, que revolucionaria os séculos seguintes. A diversidade registrada é um dos movimentos dessa dinâmica estabelecida ou em estabelecimento, por meio do registro das diferenças 'salientes' ao colonizador europeu diante de seu próprio sistema de representação já estabelecido e que começava a não mais dar conta de falar e mostrar o que se via e se ouvia em um mundo, agora, muito maior do que se havia suposto.

---

<sup>2</sup> Termos utilizados por Arnauld e Nicole para a explicação dos universais na *Logique de Port Royal*, Paris 1662.

Organizamos a apresentação da análise dos dados em dois subitens: a) o registro da diversidade lingüística do Brasil; b) o vocábulo como unidade de representação dessa diversidade.

É comum entre os documentos do período o registro de informações sobre as características gerais do Novo Mundo, tais como: a descrição geográfica de seus terrenos e acidentes; descrição da flora e fauna; descrição física de seu clima e regimes meteorológicos e marítimos; descrição de sua população nativa por meio de dados como suas características físicas, costumes, sistema de crenças. Pouco se fala sobre as línguas nativas, de forma direta. Enquanto o trabalho de descrição lingüística está mais diretamente relacionado à escrita de gramáticas e vocabulários por iniciativas dos missionários – especialmente jesuítas, no caso do Brasil –, o contexto específico da administração holandesa não nos deixou por herança tal literatura sobre as línguas do Brasil. Ainda assim, é possível observar uma prática lingüística subjacente à coleta de material que deu origem aos tratados de História Natural, abundantes nesse contexto, e às crônicas de viagem, históricas ou administrativas. O material que serviu de fonte para esse trabalho são os seguintes documentos: *Libri Principis* (Anônimo 1633-1644), *Theatrum rerum naturalium Brasiliae* (Anônimo 1660-1664), *História Natural do Brasil Ilustrada* (Piso 1948 [1648]), *Journal of a residence in Brasil* (Pudsey 2000), *A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã pra Pernambuco no Brasil* (Schmalkalden 1998), *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (Barléu 1974 [1647]), *História Natural do Brasil* (Marcgrave 1942[1648]), *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (Nieuhof 1981 [1651]), *Thierbuch* (Wagener 1997), *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tãpuias* (Baro 1979[1651]).

## **1. Critérios de registro da diversidade lingüística – as línguas do Brasil**

A leitura dos documentos citados acima sugere, a princípio, a existência de critérios bastante heterogêneos (ou a inexistência de um único critério com-

partilhado e satisfatório) para a identificação e caracterização da diversidade lingüística. Autores como Guilherme Piso, Zacharias Wagener e Roulox Baro não fizeram nenhum comentário a respeito das línguas faladas no Brasil. Apesar de nítida a observação da diversidade, registraram-na no léxico. Outros autores descreveram os nativos em geral, momento em que teceram comentários sobre a(s) língua(s) falada(s) no Brasil. Esses comentários, depois de catalogados, constituíram um *corpus*, cuja análise nos permitiu identificar possíveis critérios utilizados pelos autores para o registro da diversidade lingüística encontrada nas regiões com as quais tiveram contato. Esses critérios teriam por base as concepções de língua/linguagem que circulavam na época. Observamos os seguintes critérios possivelmente utilizados no registro da diversidade lingüística: a) identidade língua e 'nação'; b) identidade língua e 'raça'; c) relações entre língua e política; d) relações língua e gênero; e) relação língua e história. Os subitens a seguir pretendem exemplificar e justificar cada um desses critérios.

### **1.1 Busca de identidade língua e nação**

A busca da identidade entre língua e nação não é específica do contexto europeu seiscentista. Pelo contrário, tem sido identificada em documentos no decorrer da história, desde a Antigüidade até os nossos dias. Alguns dados do *corpus* sugerem uma concepção de língua intimamente relacionada à noção de 'nação', como demonstram os exemplos comentados a seguir.

Caspar Schmalkalden (1998: 35), soldado e aventureiro que descreve o Brasil em seu *Diário de Viagem*, escreve um capítulo sobre a "Descrição dos brasileiros". Para ele, a noção de língua parece estar intimamente ligada às noções de 'nação' e 'região'. Vejamos a transcrição dos comentários, feita a partir da fonte secundária, ou seja, da tradução do manuscrito:

Os americanos no Brasil estão, na verdade, **divididos em diversas nações a partir da diferenciação entre suas línguas e regiões e cada nação é denominada com um nome especial, de acordo com sua região**. Em parte possuem também seus reis, como os Tupinambás, Petiguarn, Tapoyarn, Cariri, Caririvasu e Tarayrien. Assim, eles são chamados pelos holandeses e portugueses genericamente de brasileiros ou tapuias. Os brasileiros, com

efeito os tupinambás, residem nas cercanias de S. Vicente e os potiguares, nas cercanias da Paraíba, sendo de estatura mediana, pardos de cor. (Schmalkalden 1998: 34; grifo meu)

Nesses comentários, Schmalkalden aproxima a diferenciação lingüística da diferenciação das nações designadas, uma a uma, com localização geográfica própria. Esse critério paralingüístico propõe uma equivalência entre os fatos de língua e a identificação geográfica ou etno-cultural. No capítulo seguinte, o autor faz uma descrição dos tapuias, ressaltando que são diversos grupos que “se diferenciam no Brasil devido a suas paragens, caciques extravagantes e diferenças nas línguas” (Schmalkalden 1998: 52). De certa forma, está presente aqui a noção de subdivisão a partir, provavelmente, de outros critérios: características físicas, localização geográfica, aspectos políticos e lingüísticos.

Gaspar Barléu, a respeito do sertão nordeste do Brasil, escreveu:

**As nações disseminadas por elas e pelo sertão diferem no natural, nos dialetos e nos nomes:** “Potigares, Viatãs, Tupinambás, Caetés, Tupiniquins, Tupiguais, Apigapigtangas, Muriapigtangas, Itatis, Temiminós, Tamóios, Carijós e os célebres Tapuias, Tucanuços, Nacais, Cuxares, Guaianás, Gaianás, Pigrús, Canuçuiaras” e mais algumas enumeradas em particular por outros escritores. (Barléu 1974: 26; grifo meu)

Observa-se o registro dos nomes das nações, as quais foram diferenciadas entre si por meio de características físicas dos seus habitantes, seus nomes e seus dialetos. A relação que o autor propõe como forte, ou a relação que é ‘saliente’ para o autor, nessa citação, é a relação entre língua e ‘nação’, ou entre língua e ‘região’ (localização geográfica).

Descrevendo a presença dos negros no Brasil e seus costumes, Barléu (1974: 64) registra mais um fato de importância para o estudo das línguas do Brasil: “A língua destes negritas varia com as terras, sendo também diversa a religião”. Importante não apenas pelos seus aspectos históricos – os negros que chegaram ao Brasil como escravos eram provenientes de regiões diferentes da África –, esse registro é significativo, também, porque: a) destaca o fato de que a diferença lingüística não foi observada apenas entre os nativos, mas era um **fato** também entre os escravos que conviviam nas cidades, aldeias, engenhos e,

muito provavelmente, entre as tropas holandesas; b) é o único registro sobre a diversidade lingüística entre os escravos encontrado nos documentos estudados no presente trabalho (há referências a palavras oriundas da África, mas não comentários específicos sobre ‘línguas diferentes’ faladas pelos escravos no Brasil). No comentário: “Distinguem-se por suas designações, línguas, costumes e territórios” evidencia-se a primeira classificação das línguas brasileiras, e que resulta da aplicação do critério – equivalência entre língua/nação/região geográfica – , qual seja: Tupis, os habitantes do litoral, e Tapuias, os habitantes do interior (“longe do litoral”). Essa classificação é recorrente nos documentos, holandeses e portugueses, parecendo evidenciar um senso comum na época construído a partir dessa concepção geográfica de língua. Constituíram-se, então, dois grandes grupos de nativos, assim como dois grandes grupos lingüísticos. Os exemplos encontrados em vários documentos durante a pesquisa mostram um segundo nível de subdivisão (classificação) das línguas do Brasil: os dialetos. O exemplo a seguir, uma citação de Maurício de Nassau transcrita no texto de Barléu, sugere indiretamente a existência de dialetos tapuia:

Há por estas regiões um gentio feroz, bárbaro, de costumes inteiramente rudes, da raça dos antropófagos. **Chamam-lhe Tapuias**, dos quais há perto de 700 a duas léguas dos meus arraiais; acampam aqui alguns, enviados pelos seus pra nos pedirem paz e aliança contra os portugueses. São de corpo robusto, de boa compleição e de porte elevado. **Falavam uma língua que não podiam entender nem os portugueses, nem os brasileiros, nem outros tapuias que estavam entre nós. Todavia, com visagens e ademanes exprimimos mutuamente os nossos pensamentos, principalmente este:** que impedissem os portugueses moradores da outra banda do rio de o atravessarem e trucidassem aqueles que o tentassem. (Barléu 1974: 45; grifo meu)

Nassau deixa claro que eram tapuias porque estavam distantes do litoral, falando uma língua diferente do Tupi (língua falada no litoral), mas, mesmo sendo tapuias, não eram entendidos por outros tapuias. Tratava-se, portanto, de um dialeto.

Joan Nieuhof (1981) diferencia as nações indígenas pelos seus nomes. Destaca que as três primeiras nações falam uma mesma língua com variações dialetais que as distinguem entre si.

**Os nativos do Brasil agrupam-se em diversas nações, que se distinguem pelos seus nomes próprios: *Tupinambás, Tobajaras, Petiguarás e Tapuias e Tapuyers* ou *Tapoeyers*. As três primeiras nações usam a mesma língua que difere apenas nos dialetos.** Todavia, a última se subdivide em diversas tribos que se distanciam tanto nos costumes quanto na língua. (Nieuhof 1981: 347; grifo meu)

Parece que o autor tem em mente que não é apenas o nome que distingue um grupo do outro, pois mais adiante afirma: “Os tapuias denominados Cariris fazem redes bem grandes [...]” (Nieuhof 1981: 350). Daí a importância da distinção entre língua e dialetos, ou entre o nome genérico de um grupo e os nomes dos subgrupos que o compõem – estes com suas línguas e/ou dialetos próprios. Língua, nação e dialeto são, no comentário de Nieuhof, concepções que se entrecruzam; servem mutuamente de critério de classificação.

George Marcgrave, o grande cientista da administração de Nassau, apontou alguns dados sobre os habitantes e as línguas que falavam. As noções de nação, língua e dialeto também parecem intimamente relacionadas:

Os habitantes desta terra constituem quatro nações de nomes distintos a saber: *Tupinambu, Tabajara, Petiguara, Tapuiya*. **Esta última nação ainda se subdivide em muitas outras de diferentes nomes e línguas. As outras têm uma só língua com pequenas diferenças dialetais** que explicaremos brevemente no capítulo da língua dos brasís. (Marcgrave 1942: 268; grifo meu)

Língua está associada a nação, sendo que se diferenciam entre si por seus respectivos nomes; os dialetos, por sua vez, são tratados como pequenas diferenças dentro de uma mesma língua.

Os exemplos retirados dos documentos desses quatro autores (Schmal-kalden, Barléu, Nieuhof e Marcgrave) evidenciam que a relação entre língua e nação era, também, um critério de classificação lingüística, ou um critério de registro da diversidade de línguas faladas no Brasil Holandês.

### **1.2 Busca de identidade língua e raça**

Os comentários sobre a busca de identidade entre língua e nação são os mais numerosos entre os dados coletados para análise. Mas é evidente a existência, também, da busca de identidade entre 'língua' e 'raça'. As diferenças entre raças constituem tema que levantou muita polêmica no decorrer da história, e que é retomado com novos enfoques e argumentações a partir dos séculos XV e XVI, diante da variedade de povos encontrada pelos europeus após a descoberta das Américas.

O exemplo de Pudsey evidencia a relação entre 'língua' e 'raça' como um critério de registro da diversidade lingüística utilizado na época. Pudsey fala dos nativos do Brasil e, de forma não explícita, das línguas nativas. Classifica-os em duas grandes espécies, diferenciadas entre si por fatores naturais, ou, critérios raciais:

**Os nativos deste país são povos de duas espécies, tão diferentes na proporção dos corpos como igualmente em suas disposições naturais. Um é chamado de tapuias o outro de brasileiros. Os tapuias são imensos de estatura, e uma gente extraordinariamente ativa e forte. Uma gente de uma estranha natureza desumana, de nenhuma maneira possível de ser trazida à sujeição ou a qualquer modo regular de vida. [...] Destes há duas sortes de povos. Uns são os chamados tapuias, os outros os cariris. Estes cariris diz-se que antes foram franceses. Havendo vivido num lugar chamado Baía [do Rio] Grande e tendo sido expulsos por ocasião de guerras de seus redutos para os matos, no processo do tempo tornaram-se selvagens. E tendo-se cruzado com as mulheres tapuias hoje em dia se tornaram um só povo, exceto por não cortarem seu cabelo de uma só feição. [...] Esta geração de tapuias e cariris considero-as uma só, porque suas mulheres fizeram-nas, com o passar do tempo, uma só mistura. (Pudsey 2000: 16; grifo meu)**

As características físicas, naturais, são tomadas como critério para a diferenciação de raças e, conseqüentemente, das línguas faladas pelas respectivas tribos. A narração de uma possível origem francesa para o grupo dos cariris também sugere critérios étnicos: a 'mistura' de raças e povos, a 'mistura' de línguas ou dialetos. Pudsey não faz menção explícita à língua dos nativos,

exceto quando transcreve elementos da fauna e da flora, citando-os na língua nativa (Tupi). Ainda que evidenciado de forma indireta, é possível dizer que o critério de diferenciação das nações, a ‘raça’, seria o mesmo da diferenciação lingüística (língua e raça são noções fortemente ligadas no período, como salientamos no item anterior).

### **1.3 Relações língua e política**

Outro critério de classificação identificado nos dados do *corpus* é o que relaciona a língua com questões de ordem política. Assim, entendiam por ‘carência’ as diferenças lingüísticas que impossibilitassem ao falante de uma língua européia a reprodução de traços específicos de sua própria língua. A inexistência de um fonema, ou de uma palavra para designar um referente qualquer, ou quaisquer outras diferenças gramaticais eram interpretadas como ‘carências’, indicadoras de uma inferioridade lingüística diretamente proporcional à sua inferioridade política e cultural. O comentário extraído do *Diário de Viagem* de Schmalkalden, que descreve características dos “brasileiros” (ou tupinambás) habitantes de São Vicente, exemplifica essa relação:

**Finalmente, no que se refere à sua língua, esta não tem nada em comum com qualquer outra. Ninguém que se dedique a ela, aprende a mesma facilmente, a não ser que algum dos mestres-escolas ou leitores tencionasse prestar serviço em uma aldeia, onde morassem cristãos brasileiros. Não têm nenhuma escrita ou alfabeto próprio em sua língua para copiar ou anotar alguma coisa [e] quanto aos algarismos, não podem passar de cinco. [...] Todavia, para que esse povo possa chegar a conhecer alguma coisa sobre Deus, primeiramente os portugueses e, após estes os holandeses, aplicaram-se com muito zelo a conhecer a língua [nativa], à tradução – por seus religiosos – do Pequeno Catecismo para o brasileiro, onde deve-se tomar cuidado, para que as letras F, L e as dobradas RR nunca apareçam juntas, de onde se conclui não impropriamente, o porquê de carecerem da fé, da lei e do rei. (Schmalkalden 1998: 46; grifo meu)**

Após identificar a língua desses “brasileiros” como diferente de qualquer outra conhecida, Schmalkalden começa a relatar uma série de ‘faltas’

dessa língua: não tem escrita nem alfabeto; seu sistema numérico é sensivelmente reduzido diante do sistema conhecido e utilizado na Europa. O autor repete a citação latina recorrente em vários documentos da época: a ausência de letras (entendidas aqui como unidades sonoras) refletiria não apenas a inferioridade lingüística desse povo, mas uma inferioridade política que justificaria sua ‘carência’ de fé, de lei e de rei (ou governo).

Relacionar língua a questões políticas implica, quase sempre, no estabelecimento de juízos de valor. A língua de um povo inimigo parece mais rude ou mais difícil de ser aprendida, enquanto as línguas dos aliados guardam semelhanças com as próprias. Nesses casos, a diferença é vista como negativa, enquanto as semelhanças são positivamente avaliadas – o **outro** é o diferente, o inimigo; se for semelhante, é porque é **próprio**, ou seu aliado. Exemplificamos com dois trechos extraídos de documentos portugueses, em que a língua falada pelos tupis, aliados dos portugueses, é descrita positivamente, enquanto a dos tapuias, inimigos dos portugueses, vem acompanhada de juízos negativos:

Tupinaês é uma gente do Brazil semelhante no parecer, vida e costumes dos Tupinambás, e na linguagem não tem mais diferença uns dos outros, do que tem os moradores de Lisboa dos de entre o Douro e o Minho, mas a dos Tupinambás é a mais pulida; e pelo nome tão semelhante d’estas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos d’esta nação... (Sousa 1938 [1825]: 406 *apud* Gimenes 1999: 126)

Sua habla [dos Tapuyas] es muy bárbara, y ellos muy carniceiros... (Navarro *in* Leite 1956b: 247)

Nesses dois exemplos, a língua dos tupis é comparada à dos próprios portugueses, enquanto a dos tapuias é uma língua “muito bárbara”. Convém ressaltar que, nos documentos holandeses estudados, os tapuias são descritos, via de regra, como amigos dos holandeses. O comentário extraído do texto de Nieuhof exemplifica o que foi exposto:

Os tapuias habitam o interior, ao poente das regiões que se acham sob o domínio dos portugueses e holandeses, entre o Rio Grande, o Rio Ceará e o São Francisco. Dividem-se eles em diversas nações que se distinguem

tanto pela língua como pela denominação: **os tapuias que viviam nos limites extremos de Pernambuco chamavam-se *Cariris* e eram governados pelo rei *Ceriou Keiou*, seus vizinhos eram os *Caririvasu* cujo chefe se chamava *Carapoto*, a seguir vinham os *Caririjou* e depois os *Tararijou*, muito conhecidos nossos**. Seu rei era Janduí, não obstante alguns deles viverem sob a autoridade de um *Karakara*. Outras tribos eram governadas por vários reis a saber: *Prityaba*, *Arigpaygh*, *Wanasewajug*, *Tsering* e *Dremenge*. (Nieuhof 1981: 354-355; grifo meu)

No texto de Nieuhof, os tapuias são devidamente descritos, nomeados e identificados pelo nome de seus governantes, todos “conhecidos” dos holandeses. Aos aliados, os créditos. Ou seja: as nações tapuias, aliadas, são politicamente estruturadas e governadas por reis, segundo a perspectiva holandesa; enquanto os “brasilianos” (ou tupis), aliados dos portugueses e, portanto, inimigos dos holandeses, falam uma língua diferente das outras conhecidas, muito difícil de ser apreendida.

As relações entre língua e política são um critério igualmente produtivo de registro da diversidade lingüística no contexto do Brasil, na primeira metade do século XVII.

#### **1.4 Relações língua e gênero**

O critério de classificação lingüística baseado nas relações entre língua e gênero ressalta, ou evidencia, as diferenças entre a língua falada pelos homens e pelas mulheres. Diferenças desse tipo talvez não sejam muito citadas nos documentos, pois requerem, via de regra, uma observação apurada por parte de quem registra os dados de língua. Entretanto, no mesmo contexto em que Barléu comenta as carências lingüísticas dos indígenas brasileiros, há um comentário que evidencia a presença desse critério no registro da diversidade lingüística:

**A língua dos indígenas é difícil de aprender, e mostra-se quase a mesma para todos os que ali até hoje se conhecem, ainda que para certas cousas existam vocábulos diferentes, usados uns pelos homens e outros pelas**

**mulheres.** Os costumes, o caráter, o trajar dos brasileiros ou são comuns a todas as nações ou peculiares a algumas, conforme a sua diversidade. Se damos crédito a Maffeu, falta a essa língua o uso das três letras F, L, R, porque, segundo observam alguns com agudeza, carecem de fé, de lei e de rei. (Barléu 1974: 22; grifo meu)

É inegável que o critério que diferencia as línguas, tal como percebidas pelo autor do comentário, é relativo ao gênero: homens e mulheres falam “quase” a mesma língua. Há variação lingüística no que diz respeito ao uso do léxico. Com efeito, este é o nível lingüístico mais citado como fonte de registro da diversidade lingüística explicada por relações entre língua e gênero.

### 1.5 Relações entre língua e história

O critério histórico para a classificação lingüística é aquele que explica a(s) diferença(s) dentro de uma perspectiva diacrônica. É um critério igualmente produtivo, especialmente no contexto dos séculos XVI e XVII, quando as discussões sobre a língua babélica estavam (novamente) em evidência. Por exemplo, a transcrição que Barléu faz de um vocabulário chileno coletado por uma missão holandesa no Chile:

Podem dar aos estudiosos das línguas ensejo de examinar **se o idioma dos chilenos é primitivo, se oriundo de outros**, e, a ser isto verdade, **qual a língua que deve mais, qual a que deve menos ou nada**. Além disso poderão servir de nomenclatura e intérprete aos que por acaso fizerem a mesma viagem. Observo que, pela mescla e convivência com os espanhóis, **insinuaram-se vozes de origem espanhola e latina**, as quais provam que ali subsistem não só certas virtudes e vícios, mas também os seus nomes. (Barléu 1084: 296; grifo meu)

O cronista holandês deixa clara, aqui, a concepção de que a língua pode sofrer mudanças no tempo. A noção de língua “primitiva”, designada como ‘língua matriz’ por outros autores, e de línguas “oriundas” ou ‘dialetos’, está, via de regra, associada às noções de trocas ou empréstimos lingüísticos – as “vozes de origem espanhola e latina”. São essas etimologias (no sentido dado

ao termo naquela época) efetivadas através de estudos do léxico baseados em analogias.

A diversidade lingüística foi, portanto, saliente ao olhar holandês, e registrada em seus documentos. A forma de registro dessa diversidade, quase que invariavelmente, inicia-se com a designação da língua, ou do povo. Se nomear e classificar são processos inseparáveis, como ressalta Hartog (1999), nomear a diversidade lingüística foi para esses autores, simultaneamente, um processo de classificação. Esse processo de classificação não foi aleatório, mas fundamentado em critérios pertinentes à visão de mundo de seus autores, coerentes com o seu contexto. Todos os critérios descritos faziam parte de discussões acadêmicas, aparecem em registros de diversos documentos da época e têm raízes históricas facilmente recuperáveis.

Invariavelmente, esses critérios relacionam aspectos lingüísticos a noções outras, chamadas de paralingüísticas. Com maior ou menor grau de explicitude, a língua está sempre presente, seja, por exemplo, na percepção de questões fonético-fonológicas (como o que foi exposto no estudo do critério da 'carência' lingüística), ou na percepção de questões do nível léxico (como as descritas no estudo das relações entre língua e gênero). A relação que determina o critério parte sempre da percepção de diferenças lingüísticas, salientes aos ouvidos do observador (autor ou informante). Esses critérios, retomados de forma recorrente ao longo dos séculos XVII e XVIII, adaptados às transformações advindas com as mudanças de concepções e de paradigmas, acabaram por estabelecer 'linhas' de continuidade que culminam, por exemplo, com o desenvolvimento de tipologias lingüísticas no século XIX.<sup>3</sup>

O estudo das relações entre língua/nação e entre língua/história tem como consequência uma outra relação, estabelecida quase que de imediato: a relação língua/dialeto. Se, num primeiro momento, a diversidade lingüística observada permitiu a classificação das línguas brasileiras em dois grandes grupos (tupis e tapuias), num segundo momento (muito provavelmente esse, o da dominação holandesa no Brasil seiscentista) esses grupos passaram a ser vistos

---

<sup>3</sup> Para as noções de 'paradigma' e 'continuidade', cf. Kuhn: 1995.

como designações genéricas a partir de um critério geográfico, mas que se subdividiam em outros tantos grupos, por esse ou outros critérios. Nessa segunda etapa de divisão ou de classificação, as línguas são designadas e diferenciadas entre si pelos termos 'língua' ("língua oriunda", por exemplo) ou 'dialeto'. Mais específicos, os termos deste segundo nível de classificação remetem, também, a critérios que, por sua vez, são constituídos por elementos lingüísticos e paralingüísticos. Não estamos dizendo, aqui, que a noção de 'dialeto' tenha surgido nessas circunstâncias – Brasil Holandês, primeira metade do século XVII, mas, no âmbito da historiografia da lingüística brasileira, o início do século XVII se configura como contexto produtivo do registro da diversidade lingüística, dentro dessa perspectiva de classificação das línguas, qual seja, de uma subdivisão das línguas do Brasil.

## **2. O vocábulo como unidade de representação lingüística**

Tendo em vista a natureza dos documentos selecionados para este trabalho – tratados de História Natural e crônicas de viagem ou de cunho histórico –, o léxico foi o nível de representação lingüística que teve maior número de dados registrados. Portanto, para efeitos de análise, consideramos o vocábulo: a) como uma unidade, pois foi a partir do vocábulo que os autores dos documentos desenvolveram sua produção lingüística (textos definitórios, vocabulários, enciclopédias temáticas); e b) como unidade de representação. Assim, o fato de considerarmos o vocábulo como unidade de representação não implica que somente o nível do léxico (em detrimento dos níveis morfossintático ou fonético-fonológico) tenha sido saliente ao observador holandês no Brasil seiscentista. Pelo contrário, o estudo da representação da diversidade lingüística registrada nos documentos holandeses destacou que diferenças fonético-fonológicas, por exemplo, foram percebidas e utilizadas como critérios de diferenciação lingüística.

É possível constatar que, no processo de registro do léxico, os holandeses (agentes, ou autores dos documentos-fonte) registraram, também, aspectos da(s) língua(s) falada(s) no Brasil, os quais são de suma importância para o pesquisador da historiografia da Lingüística brasileira. Transcritos e contabili-

zados todos os vocábulos, tal como retirados dos textos originais (ou junto à entrada ou no corpo do texto definitório), temos os seguintes totais: 437 vocábulos e aproximadamente 1.100 variantes. Esse material foi objeto de estudo tendo por base três aspectos principais: a) as relações entre o vocábulo e a representação da diversidade lingüística; b) as relações entre o vocábulo e o registro de questões/conceitos gramaticais; c) relações entre o vocábulo e a coisa nomeada.

### **2.1 *Relações entre o vocábulo e a representação da diversidade lingüística***

Boa parte do material estudado é descritivo, ou seja, são textos de História Natural apresentados ao leitor como uma enciclopédia ilustrada: pranchas que retratam a flora e a fauna brasileiras, cujos espécimes estão nomeados e, em alguns documentos, acompanhados por um texto definitório. Constituem-se, portanto, como verbetes de uma enciclopédia temática.

A diversidade lingüística foi registrada nesses documentos das seguintes maneiras: a) como línguas de entrada dos verbetes; b) como variantes lexicais.

O Tupi foi a língua privilegiada no registro como entrada, ou como língua de registro dos nomes transcritos nas pranchas, mas cada documento apresenta suas peculiaridades (corresponde à totalidade das entradas no Anônimo 1633-1644; quase totalidade no Anônimo 1660-1664). Os dois manuscritos apresentam apenas os nomes do espécime (vegetal ou animal), como legenda do material iconográfico, privilegiando a língua nativa – o Tupi. Essa combinação nos leva a pensar que, apesar de artísticas, essas imagens buscavam a representação da ‘diferença’ – o espécime diferente, ainda não conhecido no Novo Mundo. Nesse caso, a representação lingüística dessa diferença (ou dos nomes dessa diferença) na língua nativa nos sugere as seguintes hipóteses: a) não se encontrava o termo equivalente nas línguas conhecidas; b) o ‘nome’, em si, também era uma ‘diferença’ – a língua e a nomenclatura dos espécimes naturais – e, como tal, foi registrado.

Em Piso (1648) e Pudsey (ms.), o Tupi representa mais de 90% das entradas, que ocorreram também em português, latim e holandês. Por meio de uma breve descrição, Pudsey apresenta os nomes dos espécimes vegetal e

animal sem traduções e sem trechos descritivos ou imagens que os acompanhem. Associamos essa forma de apresentação dos dados lingüísticos, em primeiro lugar, à natureza do documento – um relato de viagem –, com probabilidade de ter sido escrito quando da volta do autor à Europa. O objetivo dos registros estaria associado mais diretamente à memória dos fatos, ou às impressões que estes causaram ao autor; a escrita nos nomes do Novo Mundo estaria associada a essas metas. O registro dos nomes dos espécimes pode indicar, ainda, vestígios da concepção de nome ainda bastante vinculada à coisa nomeada (hipótese a ser discutida com base maior de dados, mas, ainda assim, possível).

O trabalho de Piso (1648), mais completo, traz além do nome do espécime, sua descrição e sua imagem. O que chama a atenção é a quantidade de línguas para as quais foi traduzida a nomenclatura (dezoito línguas diferentes no decorrer do texto), o que parece indicar: a) que ao descrever o espécime, o autor (um cientista) estabeleceu relações com a literatura especializada da época, citando os nomes pelos quais já era conhecido; b) um maior rigor na representação – do espécime e da nomenclatura que o identifica.

Schmalkalden privilegia a língua alemã para transcrever as entradas de seus textos descritivos (pouco mais de 50%), e em seguida o Tupi (com pouco mais de 40%). Schmalkalden utiliza como línguas de entrada a sua própria e a da ‘diferença’ – o Tupi, quando não conhecia o nome alemão do espécime – traduzindo essa nomenclatura para outras línguas, provavelmente as das regiões de onde se originavam esses espécimes.

Wagner privilegia a transcrição dos nomes em português (quase 60% das entradas), seguido do Tupi (quase 30%). Poucos espécimes descritos (ou retratados) não foram nomeados. O autor parece ter se orientado por uma dinâmica inversa à de Schmalkalden: registrou os nomes ou nas línguas de onde se originava o espécime, ou nas línguas em que esses nomes eram mais conhecidos no local de coleta (hipótese mais provável). As traduções para o Tupi, o holandês e o português trazem o nome e o espécime representado para o mundo conhecido do autor: a costa brasileira, à qual todo viajante estava exposto; o holandês, língua falada no seu local de origem; o português, também bastante falado no Brasil Holandês, especialmente nos engenhos.

Não se deve esquecer do fato de que muitos dos informantes (e intérpretes) que serviram tanto à administração quanto aos missionários – acreditamos que à população em geral, nas circunstâncias em que se fez necessário – eram índios missionados pelos jesuítas. As alianças políticas feitas pelos holandeses, durante a invasão da colônia, foram, via de regra, com nações tapuias, ou indígenas que não habitavam o litoral. As tribos tupis, em geral, permaneceram ao lado dos portugueses. Além desses, muitos escravos africanos também podem ter servido de intérpretes, inclusive porque é sabido que, muitos deles, vieram de Lisboa para o Brasil, já desde o descobrimento; o que nos fez levantar a hipótese de que muitos africanos serviram de intérpretes de português para aquele misto de povos e línguas que se formava na Colônia.

As formas de registro do vocábulo no material de análise representam a diversidade lingüística não apenas na utilização de diversas línguas. A presença de variantes também evidencia a (co)existência de línguas e dialetos. A diversidade foi, assim, direta e indiretamente registrada. Muitas dessas variantes revelam uma forma de registro indireta dessa diversidade observada e/ou registrada pelo agente.

Em Piso (1648), para o vocábulo [caju], encontramos as seguintes transcrições: 'acaju' (p.151) / 'acajú' (p.180) / 'acajú' (p.152) / 'acayaiba' (p.179). As três primeiras transcrições podem ser entendidas como oscilações de escrita, mas a última, tendo em vista a grande diferença no corpo do vocábulo, pode representar uma variante dialetal ou lingüística. Não se deve descartar a possibilidade de ser uma outra espécie do mesmo fruto, registrada pelo agente como diferença apenas de nomenclatura (ainda que Piso tenha sido um dos mais zelosos nessa espécie de registro). Para o vocábulo [mangue] (relativo a uma das espécies do mangue), encontramos: 'mangue' (p.200) / 'mangle' (p.151) / 'guaparaiba' (p.151, 200). Neste caso é bem nítida a diferença entre a segunda e a terceira formas, o que certamente nos leva a crer que o registro das variantes capta formas dialetais equivalentes.

Em Schmalkalden, para o vocábulo [guainumbi]: 'guainumbi' (p. 77) / 'guaragijaba' (p.77). Os dois nomes com certeza registram variantes lingüísticas do nome do espécime.

Além desses registros, é possível observar a transcrição de outras formas que guardam diferenças menos perceptíveis e que poderiam também estar relacionadas à percepção da diversidade lingüística. É o caso das formas abaixo, transcritas no Quadro I para tornar mais perceptível a diferença:

**Quadro I:** Exemplos de registro de vocábulos com suas variantes

<b>Vocábulos</b>	<b>Variantes</b>	<b>Referências</b>
[amendoim]	<i>mündüy</i> <i>amenduínas</i> <i>nandubj</i>	Anônimo 1633-1644: 25 Piso 1648: 193 Wagener, ms: 81
[boicinga]	<i>boicinga</i> <i>boicinininga</i>	Piso 1648: 171; Schmalkalden, ms: 127 Piso 1648: 171; Anônimo 1660-1664: 57
[caju]	<i>Acaju</i> <i>Cashowes</i> <i>Caju Apffel</i> <i>Acajaiba</i> <i>Caju</i>	Anônimo 1660-1664: V: 82 Pudsey, ms: 36 Schmalkalden, ms: II: 31 Schmalkalden, ms: II: 231 Wagener, ms: 103
[ipecacuanha]	<i>ipecacuanha</i> <i>pecacuanha</i>	Piso 1648: 174 Piso 1648: 174
[iperuquiba]	<i>iperuquiba</i> <i>piruquiba</i>	Schmalkalden, ms: 91 Schmalkalden, ms: 91

A leitura do quadro acima possibilita o levantamento de algumas hipóteses que justificariam a presença e/ou origem dessas variantes:

1) As diferenças de registro estariam relacionadas à percepção, por parte do agente e/ou informante, de variantes. No quadro acima, as variantes encontradas para o vocábulo [boicinga] parecem não deixar dúvidas de que se trata realmente de variantes dialetais. Primeiro, porque foram registradas pelo mesmo agente, o que significa que ele percebeu as duas formas para o mesmo referente. Segundo, porque as duas formas ('boicinga' e 'boicinininga') aparecem nomeando o mesmo referente registradas por dois outros agentes. As variantes para [ipecacuanha] e [iperuquiba], registradas pelo mesmo agente, também evidenciam que se trata de variantes, ou dialetais ou fonéticas.

Piso usa ora uma forma, ora outra, comprovadamente referindo-se ao mesmo espécime – fato que também pode ser interpretado como o registro de idioletos. Schmalkalden (ms, p. 91) une as duas variantes com a conjunção alternativa, o que confirma não apenas a sua equivalência, como a existência de ambas as formas – “Ein Suÿger Iperuquiba or Piruquiba”.

2) As diferenças de registro estariam relacionadas ao agente, e não à língua, resultado das diferenças de percepção na recepção da informação e/ou diferenças relacionadas aos códigos de escrita da língua materna. As variantes para [caju], registradas por autores diferentes, guardam semelhanças entre si que justificariam o tratamento como variantes relacionadas ao agente, e não à língua.

Assim, ao registrarem os espécimes, os autores registraram também a diversidade lingüística brasileira naquele contexto histórico: a) registro da diversidade lingüística por meio da tradução de formas equivalentes; b) registro de variantes lexicais, que apontam para a diversidade lingüística proveniente do contato do agente (ou responsável pela coleta de dados) com falantes de tribos diferentes. Esse contato para a coleta de dados aconteceu, certamente, ou na cidade, onde a maior parte das informações foi colhida, ou nas viagens pelo sertão, onde o observador coletou a fala de tribos diferentes, à medida que avançava pelo território; c) registro de variantes dialetais; d) registro de idioletos.

O estudo do léxico transcrito nos documentos holandeses do século XVII permite ao pesquisador, hoje, dizer que houve uma preocupação com o registro das variantes propriamente lingüísticas. A diversidade lingüística não ficou atestada apenas nas crônicas ou nos documentos que falavam sobre a terra, seus costumes e seus habitantes, mas no registro detalhado do léxico que, via de regra, associou essas diferenças a fatores geográficos e sociais.

É importante observar, mais que tudo, que registros dessa natureza denotam alguma relevância para os dados de língua, ou sobre a(s) língua(s) em um contexto que não privilegiava os aspectos lingüísticos. Essa observação se fundamenta, especialmente, na diversificação de registro dos nomes desconhecidos e (possíveis) variantes para designar o mesmo espécime, mesmo quan-

do as variantes são, aparentemente, muito próximas na pronúncia. Entretanto, não é possível afirmar que o interesse que motivou a coleta e o registro desses dados fosse, tão somente, o ‘vocábulo’, ainda que não se possa descartar totalmente tal hipótese.

As formas de registro do léxico encontradas no material deixado pelos holandeses no Brasil revelam uma prática que, sem dúvida, envolveu uma metodologia de trabalho; que foi tanto essencialmente lingüística quanto essencialmente biológica (se assim pudermos chamar essas ciências nesse momento histórico). Essa metodologia, ou essa prática, envolveu etapas como: a) a pesquisa de campo; b) a coleta de dados; c) a catalogação (ou organização, ou arquivamento) dos dados para posterior utilização no trabalho de descrição.

## **2.2 Relações entre o vocábulo e o registro gramatical**

Nenhuma gramática escrita por holandeses em território brasileiro foi encontrada até os nossos dias, apesar da informação de que houvera interesse de se escrever uma gramática da língua nativa (ou Tupi ou Tapuia, de quem os holandeses eram aliados). Paralelamente a essa informação, os documentos estudados confirmam que os holandeses utilizaram a gramática do Pe. José de Anchieta (*cf.* Margrave 1942 [1648]; Baro 1979 [1651]).

Contudo, é possível verificar que no processo de registro do léxico houve também uma preocupação com aspectos gramaticais, diretamente ligados à ortografia dos vocábulos.

Em uma primeira etapa, tivemos o cuidado de excluir do estudo os casos de interpretação mais óbvia e que pudessem embaçar a análise que se pretendia, como: a) casos de interferência da língua materna do autor/compilador do documento; b) alternância no uso de letras que pode ser compreendida à luz da história da língua portuguesa (pois boa parte desses vocábulos já tinha sido registrada também pelos portugueses); c) possíveis adequações da escrita dos vocábulos, compatíveis com as gramáticas da língua Tupi conhecidas e utilizadas na época (especialmente quanto ao uso dos diacríticos), como as de Anchieta e a de Figueira (*cf.* Anchieta 1990 [1595], Figueira 1621).

Feitas essas ressalvas, observou-se um número elevado de casos de multiplicidade de grafia e/ou formas de representação (responsável pela maior parte das variantes registradas na tabela no início deste item), fato que levou a pelo menos duas hipóteses, que servissem de suporte para a compreensão do fato (*cf.* Stutz 2003). A primeira hipótese relaciona as diferenças de ortografia ao registro de diferenças reais de pronúncia. Como já foi observado, havia uma percepção da diversidade lingüística, facilmente verificável nos exemplos transcritos, mas que poderia estar presente em formas distintas entre si por meio de uma ortografia mais próxima. É o caso, por exemplo, das formas: 'panamá' e 'panâme' (Anônimo 1633-1644: 121 e 127); 'cogado' e 'cógado' (Wagener ms: 131).

A segunda hipótese está relacionada ao uso dos diacríticos, que estariam assinalando a fronteira dos vocábulos (ou morfemas) de uma composição. É o que se pode observar abaixo:

- a) para a designação de uma espécie de araticu, o [araticu-ponhe] (espécime da flora brasileira), encontramos os seguintes registros: 'araticûponhe' e 'araticu-ponhe' (Piso 1648 [1948]: 184 e 181); 'araticûponhê' (Anônimo 1660-1664: 97). Observamos que existe uma 'zona' de variação na ortografia da palavra, marcada ou pelo emprego do diacrítico, ou pelo uso do hífen, ou pelo emprego de ambos. Por hipótese, explicamos o fato como uma marca da fronteira entre os dois vocábulos que compõem o nome desse espécime ('araticu', nome genérico + 'ponhe', nome específico).
- b) para a transcrição das várias espécies de 'camara' (planta da flora brasileira) feita por Piso, encontramos os nomes das diversas espécies desse vegetal transcritos das seguintes formas: 'camara iuba', 'camaramiri'. Esse exemplo nos confirmaria a hipótese descrita no exemplo anterior. Comparando-o com as transcrições das designações de espécies do mesmo vegetal feita no Anônimo (1633-1644) – 'camarâapena', 'camarâguaçû', 'camarâjûba' e 'camarâuna' –, é possível afirmar que, apesar de não ter sido utilizado o hífen, reconhecemos a fronteira dos morfemas através dos diacríticos, que indicariam a composição ('camara', nome genérico, + 'apena' / 'guaçû' / 'jûba' / 'una', nomes específicos).

A transcrição dos nomes de outras espécies parece seguir o mesmo princípio, tais como, entre muitos outros exemplos para [sabiá], as variantes ‘cabiá’ e ‘çabiâ’, o que permitiu a nomeação das espécies de sabiá através das formas: ‘çabiâgoaçû’, ‘çabiâguaçû’, ‘çabiâpitanga’, que privilegiam a forma acentuada na composição dos nomes formados por dois morfemas: ‘çabiâ’ + ‘goaçû’ / ‘guaçû’ / ‘pitanga’ (cf. Anônimo 1633-1644: 92, 144, 145).

O que se pretendeu com este item foi comprovar que a tarefa de registro dos dados de língua, realizada pelos autores das fontes primárias, não foi aleatória. A forte motivação pragmática que tem sido atestada nos estudos dos documentos holandeses obedecia, por hipótese, a uma lógica de estruturação peculiar, resultante da formação e motivação desses agentes. É possível concluir que as soluções encontradas para a representação do léxico serviram de espelho da metodologia empregada para a coleta, organização e apresentação dos dados.

### **2.3 Relações entre o vocábulo e a coisa nomeada**

Conhecer o Novo Mundo implicou conhecer os nomes do Novo Mundo – refiro-me aos séculos XVI e, especialmente, XVII. A narrativa bíblica em que Adão nomeia os animais e os seres do Jardim do Éden, comissionado diretamente por Deus para tal obra, parece ficar impregnada no saber do homem sobre a linguagem, muitas vezes reduzido ao estudo das motivações e relações entre as palavras e as coisas. Mais que atribuir nomes aos seres e coisas, nomear constitui-se, ao longo da história como processo de dar à existência, no sentido de que só podemos falar sobre o que conhecemos e só conhecemos de fato aquilo que nomeamos, ou de que sabemos o nome.

Segundo Foucault (1992: 74), “no século XVI, considerava-se que os signos tinham sido depositados sobre as coisas para que os homens pudessem desvendar seus segredos, sua natureza ou suas virtudes; [...]”. Até então, o mundo era visto, normalmente, por sistemas de semelhanças, de similitudes através de analogias que, via de regra, ressaltavam o outro como extensão do próprio. O século XVII, por diversas razões das quais já expusemos algumas, pode ser identificado como o momento histórico em que a diferença é percebida como tal.

Se nomear é um ato de trazer à existência, é também um ato de compartilhar o saber, ou revelar um saber já compartilhado. Se, ao definir um espécime, o autor escreveu “é uma raposa”, quando na verdade o animal não era uma raposa (tal como designamos o espécime ‘raposa’, hoje), “uma raposa” passou a ser o elemento de similitude, o termo da comparação e também o termo da nomeação, mecanismo que podemos chamar de tradução. A tradução, nestes casos, é realmente um procedimento de trazer o outro ao próprio, ou um processo de dupla nomeação (*cf.* Hartog 1999: 260).

Na verdade, a diferença começa a ser percebida não só quando é vista, mas especialmente quando não pode ser dita ou traduzida. A impossibilidade de tradução de alguns nomes (e foram muitos os casos nos *corpora* analisados), ou a ausência de nomes que possam identificar determinados espécimes (como em Marcgrave e Wagener, por exemplo) começa a abrir “espaços em branco” (*cf.* Hartog 1999: 258) nos esquemas de correspondências (ou de similitudes), que só poderão ser conhecidos – tal como o pensamento da época – através de outros mecanismos, que não somente os de nomear/traduzir.

Conhecer um ser/objeto implica um processo que pressupõe a classificação, o trabalho de separar traços universais e traços específicos. Dentro desse raciocínio, é possível dizer que, num primeiro momento, o nome de um espécime – um espécime ainda não observado – traduzido ou definido através do nome de seu semelhante europeu comporta-se como ‘sinônimo’, dentro de um quadro de nomes comuns ao espécime. Mas, seguindo o mesmo raciocínio, também é possível dizer que a descrição detalhada e excessiva que se faz necessária para estabelecer as peculiaridades, assim como a adjetivação farta e exacerbada que tende para o maravilhoso (ou fantástico, curioso), acabam por fazer daquele ‘nome comum’ do espécime, um ‘nome próprio’. Esse jogo que se estabelece entre comum e próprio, ou entre geral e particular, também contribui para a reflexão e a busca da exatidão: do nome, porque é necessário conhecê-lo, como parte do processo de (re)conhecimento do objeto; da classificação – porque apesar das semelhanças, existem diferenças que podem permitir um reagrupamento das coisas, numa outra ordem ou princípio.

No momento privilegiado neste estudo (primeira metade do século XVII), bem como na situação específica (a presença holandesa no nordeste

brasileiro) é possível sugerir que nomes e coisas já estabelecem entre si relações de outra ordem, com “espaços em branco” nos esquemas de correspondência, como disse Hartog. Esses espaços permitem a classificação, a hierarquização do conhecimento e dos nomes que surgem com esse conhecimento, dentro de um esquema ou estrutura que comporta generalizações e especificações. Tanto as generalizações quanto as especificidades são nomeadas, passíveis de representação através de esquemas que privilegiam a visualização dos níveis – processo que se desenvolve durante o século XVII e ganha forma e expressão no decorrer do século XVIII.

O material coletado e que constituiu os *corpora* para o estudo do vocábulo evidencia o fato para o pesquisador hoje, ainda que não possamos dizer que a distinção entre os nomes e as coisas constituía-se num saber já compartilhado pelos intelectuais e/ou no mundo acadêmico. Reconhecemos o processo, que se desenvolvia entre polêmicas e publicações sobre o tema. Assim, a distinção entre os nomes e as coisas já se constituía como um pressuposto, por exemplo, em obras como as de Piso e Marcgrave.

### **3. Considerações finais**

Ainda que não se possa dizer que tenha havido uma preocupação especificamente lingüística orientando os processos de representação, também não podemos afirmar que o processo de registro do léxico, especialmente o da História Natural do Brasil, não é representativo de uma **prática** lingüística. Como tal, foi orientado por critérios de: seleção e organização de dados; identificação e classificação de dados; representação de dados e/ou reflexões sobre a língua e seus fatos. Ou seja, é possível afirmar que a prática lingüística holandesa no Brasil, durante a primeira metade do século XVII, pode ser descrita como portadora de características próprias, pragmática ou funcionalmente orientada. Mais que isso, é reveladora do processo de estabelecimento de uma metodologia de trabalho que ora se constituía.

## Referências Bibliográficas

- Anchieta, S.J., Pe. Hoseph de. 1990 [1595] *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. [Ed. fac-similar] São Paulo: Loyola.
- Anônimo. 1633-1644. “Libri Principis”. *Brasil Holandês*. Ms. depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia. Ed. fac-similar. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.). Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Anônimo. 1660-1664. “Theatrum rerum naturalium Brasiliae” *Brasil Holandês*. [ms. depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia. Ed. fac-similar. Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares]. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Barlêu, Gaspar. 1974. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- Baro, Roulox. 1979 [1651]. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Trad.: Leda Boechat Rodrigues. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Figueira, Pe. Luís. 1621. *Arte da Lingva Brasilica*. Lisboa.
- Foucault, Michel. 1992 [1966]. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- Gimenes, Luciana. 1999. *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI. Uma contribuição para a Historiografia da Lingüística Brasileira colonial*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP.
- Hartog, François. 1999 [1980]. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Kuhn, Thomas S. 1995 [1962]. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva.
- Marcgrave, George. 1942. *História Natural do Brasil*. Trad: Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Nieuhof, Joan. 1981. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Trad: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp.

- Piso, Guilherme. 1948 [1648]. “Medicina Brasiliensis – Liber Tertius; Liber Quartus”. *História Natural do Brasil Ilustrada*. Transcrição do original: *Historia Natvralis Brasiliae*. Amsterdam: Lud. Elzevirium. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional.
- Pudsey, Cuthbert. 2000. “Journal of a residence in Brazil”. *Brasil Holandês. Volume III. Curthbert Pudsey. Diário de uma estada no Brasil*. Ms. depositado na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro sob o n° de tombo “I.12.3.17”. Ed. fac-similar. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.). Trad.: Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Index: 2000.
- Schmalkalden, Caspar. 1998. “Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil”. *Brasil Holandês. Volume I e II. A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. Ms. catalogado na Forschungs und Landesbibliothek de Gotha sob o n° de catálogo “Chart B 533”. Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.). Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr. Rio de Janeiro: Index.
- Stutz, Erani. 2003. “O registro do léxico: aspectos da Historiografia da Lingüística Brasileira – século XVII”. *Estudos Lingüísticos XXII*: CD ROM.
- Wagener, Zacharias. “Thier Buch”. *Dutch Brazil – Volume II. The “Thierbuch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener*. Ms. depositados no Kupferstich-Kabinett de Dresden. Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares (eds.). Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr. Rio de Janeiro: Index: 1997.
- Wagener, Zacharias. 1997. “Autobiografia” e “Livro dos Animais”. *Brasil Holandês*. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr. Rio de Janeiro: Index.